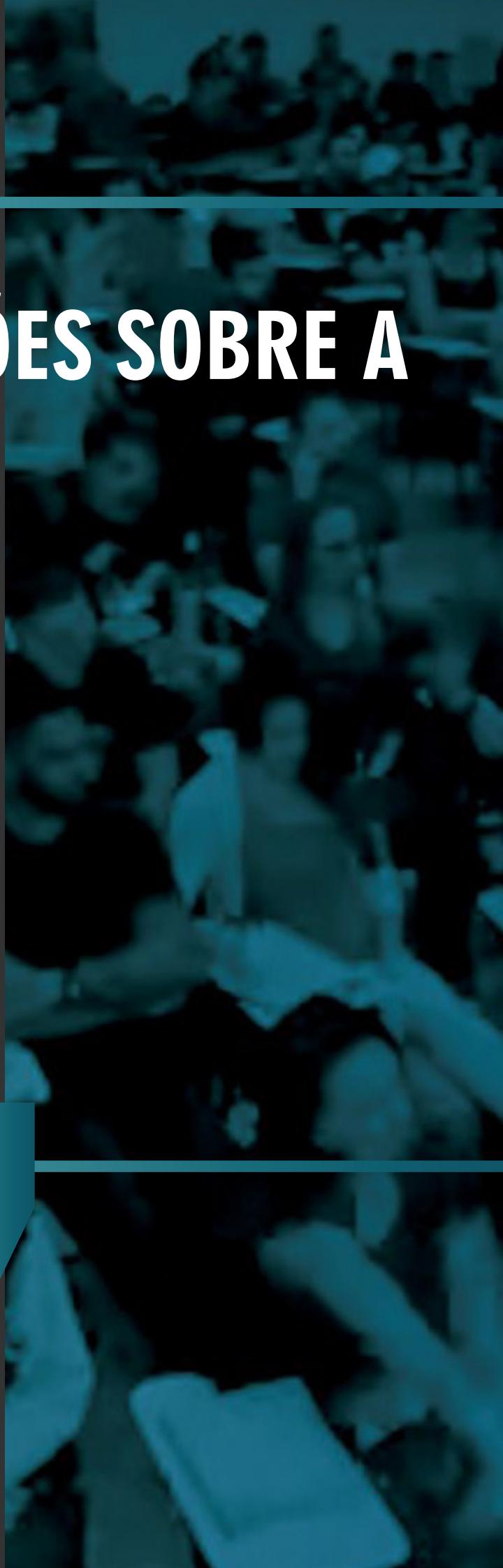


QUESTÕES SOBRE A AULA

77



QUESTÕES SOBRE A AULA

PROCESSO LICITATÓRIO

1. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos. Sendo assim, o dano causado ao patrimônio da Administração em virtude, por exemplo, da medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas é denominado de superfaturamento.

Certo () Errado ()

2. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos. Sendo assim, considera-se como superfaturamento o preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.

Certo () Errado ()

3. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem como objetivo, exceto:

- a) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- c) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, exceto no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

4. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

Certo () Errado ()

5. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos. Sendo assim, considera-se como superfaturamento alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.

Certo () Errado ()

6. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem como um de seus objetivos incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Certo () Errado ()

7. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, o processo licitatório, para sua ocorrência, necessita observar diversos requisitos, entre eles que os documentos sejam produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

Certo () Errado ()

8. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, o processo licitatório, para sua ocorrência, necessita observar diversos requisitos, entre eles que os valores, os preços e os custos utilizados tenham como expressão monetária a moeda corrente nacional.

Certo () Errado ()

9. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob responsabilidade do agente da Administração.

Certo () Errado ()

10. (Questão Inédita - 2021)

Em se tratando de processo licitatório, com base na Lei nº 14.133/21, o reconhecimento de firma será sempre obrigatório.

Certo () Errado ()

11. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, são requisitos para a realização do processo licitatório, exceto:

- a)** a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- b)** o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.
- c)** os atos serão obrigatoriamente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.
- d)** os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

12. (Questão Inédita - 2021)

Se tratando de processo licitatório, com base na Lei nº 14.133/21, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Certo () Errado ()

13. (Questão Inédita - 2021)

Em se tratando de processo licitatório, com base na lei 14.133/21, os atos praticados no processo licitatório serão públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

Certo () Errado ()

14. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, a publicidade do processo poderá ser diferida quanto ao orçamento da Administração.

Certo () Errado ()

15. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, a publicidade do processo poderá ser diferida nas hipóteses em que houver informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Certo () Errado ()

16. (Questão Inédita - 2021)

As pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitadas de participarem da licitação em decorrência de sanção que lhes foram impostas, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.

Certo () Errado ()

17. (Questão Inédita - 2021)

As pessoas físicas ou jurídicas que, nos 7 (sete) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenadas judicialmente, independentemente do trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.

Certo () Errado ()

18. (Questão Inédita - 2021)

Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, em se tratando de qualquer forma de licitação.
- b) a pessoa física ou jurídica que, nos 7 (sete) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, independentemente do trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 10% (dez por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

19. (Questão Inédita - 2021)

Em se tratando de processo licitatório, com base na Lei nº 14.133/21, os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

Certo () Errado ()

20. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é assegurar a seleção da proposta mais barata para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

Certo () Errado ()

GABARITO

- | | | | |
|-----------|------------|------------|------------|
| 1. CERTO | 6. CERTO | 11. C | 16. CERTO |
| 2. ERRADO | 7. CERTO | 12. CERTO | 17. ERRADO |
| 3. C | 8. CERTO | 13. CERTO | 18. D |
| 4. CERTO | 9. ERRADO | 14. CERTO | 19. CERTO |
| 5. CERTO | 10. ERRADO | 15. ERRADO | 20. ERRADO |

QUESTÕES COMENTADAS

1. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos. Sendo assim, o dano causado ao patrimônio da Administração em virtude, por exemplo, da medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas é denominado de superfaturamento.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre dois temas da Lei nº 14.133/21: as definições contidas no art. 6º e os objetivos do processo licitatório.

Dessa forma, começamos por estabelecer quais são os objetivos do processo licitatório:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Realizada a leitura do texto legal, destacamos a literalidade do inciso III, sendo esse pertinente para respondermos à questão. Feito isso, caberá ao candidato diferenciar os conceitos de "sobrepreço" e "superfaturamento". Para tanto, é necessário que saibamos o conteúdo do art. 6º da norma estudada. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

LVI - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1(um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;

LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por:

- a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança;
- c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;
- d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços;"

Por fim, mas não menos importante, podemos encontrar no art. 59 da Lei nº 14.133/21, o que considerado "preço manifestamente inexequível":

Art.59, § 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Assim, por exata reprodução legal, a questão está correta.

Gabarito: Certo.

2. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos. Sendo assim, considera-se como superfaturamento o preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre dois temas da Lei nº 14.133/21: as definições contidas no art.6º e os objetivos do processo licitatório.

Dessa forma, começamos por estabelecer quais são os objetivos do processo licitatório:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Realizada a leitura do texto legal, destacamos a literalidade do inciso III, sendo esse pertinente para respondermos a questão. Feito isso, caberá ao candidato diferenciar os conceitos de "sobrepreço" e "superfaturamento". Para tanto, é necessário que saibamos o conteúdo do art. 6º da norma estudada. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

LVI - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de

serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;

LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por:

- a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança;
- c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;
- d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços;

Por fim, mas não menos importante, podemos encontrar no art. 59 da Lei nº 14.133/21, o que considerado "preço manifestamente inexequível":

Art.59, § 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Assim, por exata reprodução legal, podemos verificar que a questão está errada, pois o conceito apresentado é de "sobrepreço", e não de "superfaturamento".

Gabarito: Errado.

3. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem como objetivo, exceto:

- a) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- c) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, exceto no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Resolução Completa:

Questão literal que versa sobre os objetivos do processo licitatório. Sendo assim, para respondermos à questão, é necessário que saibamos a literalidade do texto legal. Vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, **inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto**;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, por contrariar o texto legal, o gabarito só poderá ser a letra "C".

Gabarito: "C".

Gabarito: C.

4. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

Questão literal que versa sobre os objetivos do processo licitatório. Sendo assim, para respondermos à questão, é necessário que saibamos a literalidade do texto legal. Vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Gabarito: Certo.

5. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos. Sendo assim, considera-se como superfaturamento alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre dois temas da lei 14.133/21: as definições contidas no art.6º e os objetivos do processo licitatório.

Dessa forma, começamos por estabelecer quais são os objetivos do processo licitatório:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Realizada a leitura do texto legal, destacamos a literalidade do inciso III, sendo esse pertinente para respondermos a questão. Feito isso, caberá ao candidato diferenciar os conceitos de "sobrepreço" e "superfaturamento". Para tanto, é necessário que saibamos o conteúdo do art. 6º da norma estudada. Vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

LVI - sobrepreço: preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1(um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada;

LVII - superfaturamento: dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações, por:

- a) medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança;
- c) alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado;
- d) outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços;

Por fim, mas não menos importante, podemos encontrar no art. 59 da Lei nº 14.133/21, o que considerado "preço manifestamente inexequível":

Art.59, § 4º *No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.*

Assim, por exata reprodução legal, a questão está correta.

Gabarito: Certo.

6. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório tem como um de seus objetivos incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

Questão literal que versa sobre os objetivos do processo licitatório. Sendo assim, para respondermos à questão, é necessário que saibamos a literalidade do texto legal. Vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Gabarito: Certo.

7. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, o processo licitatório, para sua ocorrência, necessita observar diversos requisitos, entre eles que os documentos sejam produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre os requisitos/formalidades que devem ser observados na realização do processo licitatório. Infelizmente essa parte da matéria é literal, demandando do aluno um maior esforço para internalizar as afirmações apresentadas. Sendo assim, no que tange aos documentos produzidos no processo licitatório, esses devem ser "**escritos** com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis". Vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

I - os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;"

Sobre esse assunto, cabe uma pequena observação que pode levar o candidato ao erro. No que se refere aos "atos do processo licitatório", esses serão preferencialmente digitais, diferentemente dos documentos que serão escritos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;"

Gabarito: Certo.

8. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, o processo licitatório, para sua ocorrência, necessita observar diversos requisitos, entre eles que os valores, os preços e os custos utilizados tenham como expressão monetária a moeda corrente nacional.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre os requisitos/formalidades que devem ser observados na realização do processo licitatório. Infelizmente essa parte da matéria é literal, demandando do aluno um maior esforço para internalizar as afirmações apresentadas. Vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

II - os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei"

Assim, por exata reprodução legal, a questão está correta.

Gabarito: Certo.

9. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob responsabilidade do agente da Administração.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre os requisitos/formalidades que devem ser observados na realização do processo licitatório. Infelizmente essa parte da matéria é literal, demandando do aluno um maior esforço para internalizar as afirmações apresentadas. Vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;"

Dessa forma, podemos verificar que a autenticidade do documento público ou particular poderá ser efetuada de 2 formas:

mediante apresentação de original

mediante declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Sendo assim no que tange a segunda forma apresentada, podemos verificar que a responsabilidade da declaração de autenticidade apresentada será pessoal do advogado que a faz, e não do agente da Administração.

Gabarito: Errado.

10. (Questão Inédita - 2021)

Em se tratando de processo licitatório, com base na Lei nº 14.133/21, o reconhecimento de firma será sempre obrigatório.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre os requisitos/formalidades que devem ser observados na realização do processo licitatório. Infelizmente essa parte da matéria é literal, demandando do aluno um maior esforço para internalizar as afirmações apresentadas. Vejamos:

Art. 12. *No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:*

V - o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

Assim, após a leitura do texto apresentado, podemos verificar que a questão está incorreta, pois o reconhecimento de firma nem sempre será obrigatório. Esse será necessário quando imposto por lei, ou quando houver dúvida de autenticidade. Fora isso, não será necessário, o que torna a afirmativa falsa.

Gabarito: Errado.

11. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, são requisitos para a realização do processo licitatório, exceto:

- a)** a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- b)** o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.
- c)** os atos serão obrigatoriamente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.
- d)** os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre os requisitos/formalidades que devem ser observados na realização do processo licitatório. Infelizmente essa parte da matéria é literal, demandando do aluno um maior esforço para internalizar as afirmações apresentadas. Vejamos:

Art. 12. *No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:*

I - os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei;

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - **os atos serão preferencialmente digitais**, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Dessa forma, após a leitura do texto legal pertinente, podemos verificar que todas as alternativas estão corretas conforme a norma, exceto a letra "C", uma vez que, em se tratando dos atos do processo licitatório, esses serão **PREFERENCIALMENTE** digitais, e não obrigatórios.

Gabarito: C.

12. (Questão Inédita - 2021)

Em se tratando de processo licitatório, com base na Lei nº 14.133/21, é permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre os requisitos/formalidades que devem ser observados na realização do processo licitatório. Infelizmente essa parte da matéria é literal, demandando do aluno um maior esforço para internalizar as afirmações apresentadas. Vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

I - os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei;

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

(...)

§ 2º É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Assim, por exata reprodução legal, podemos verificar que a questão está correta.

Gabarito: Certo.

13. (Questão Inédita - 2021)

Em se tratando de processo licitatório, com base na Lei nº 14.133/21, os atos praticados no processo licitatório serão públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre um assunto bastante específico no que tange a Lei nº 14.133/21: O princípio da Publicidade.

Como regra, a Administração Pública é regida por uma série de princípios, entre eles o da publicidade. Em relação ao processo licitatório não é diferente, sendo esse regido por tal princípio. Entretanto, a vigência da publicidade no procedimento de licitação não é absoluta, podendo ser afastada ou diferida (postergada, ocorrendo posteriormente). Dessa forma, a Lei nº 14.133/21 apresenta em seu teor as hipóteses em que o princípio da publicidade será afastado ou diferido durante o processo de licitação. Vejamos:

Art. 13. Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

Parágrafo único. A publicidade será diferida:

- I - quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- II - quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.

Sendo assim, podemos resumir:

a) Expcionado/Afastado:

Quando do sigilo da informação seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

b) Diferido:

- . Quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- . Quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.

Dessa forma, por expressa previsão legal, podemos verificar que a questão está correta.

Gabarito: Certo.

14. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, a publicidade do processo poderá ser diferida quanto ao orçamento da Administração.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre um assunto bastante específico no que tange a Lei nº 14.133/21: O princípio da Publicidade.

Como regra, a Administração Pública é regida por uma série de princípios, entre eles o da publicidade. Em relação ao processo licitatório não é diferente, sendo esse regido por tal princípio. Entretanto, a vigência da publicidade no procedimento de licitação não é absoluta, podendo ser afastada ou diferida (postergada, ocorrendo posteriormente). Dessa forma, a Lei nº 14.133/21 apresenta em seu teor as hipóteses em que o princípio da publicidade será afastado ou diferido durante o processo de licitação. Vejamos:

Art. 13. Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

Parágrafo único. A publicidade será diferida:

- I - quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- II - quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.

Sendo assim, podemos resumir:

a) Expcionado/Afastado:

Quando do sigilo da informação seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

b) Diferido:

- . Quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- . Quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.

Dessa forma, por expressa previsão legal, podemos verificar que a questão está correta.

Gabarito: Certo.

15. (Questão Inédita - 2021)

Com base na Lei nº 14.133/21, a publicidade do processo poderá ser diferida nas hipóteses em que houver informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre um assunto bastante específico no que tange a Lei nº 14.133/21: O princípio da Publicidade.

Como regra, a Administração Pública é regida por uma série de princípios, entre eles o da publicidade. Em relação ao processo licitatório não é diferente, sendo esse regido por tal princípio. Entretanto, a vigência da publicidade no procedimento de licitação não é absoluta, podendo ser afastada ou diferida (postergada, ocorrendo posteriormente). Dessa forma, a Lei nº 14.133/21 apresenta em seu teor as hipóteses em que o princípio da publicidade será afastado ou diferido durante o processo de licitação. Vejamos:

Art. 13. Os atos praticados no processo licitatório são públicos, ressalvadas as hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma da lei.

Parágrafo único. A publicidade será diferida:

- I - quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- II - quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.

Sendo assim, podemos resumir:

a) Expcionado/Afastado:

Quando do sigilo da informação seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado

b) Diferido:

- . Quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- . Quanto ao orçamento da Administração, nos termos do art. 24 desta Lei.

Dessa forma, de maneira sutil, mas bastante inteligente, podemos verificar que a questão está incorreta, pois nas hipóteses em que o *sigilo da informação seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado*, o princípio da publicidade será afastado, e não diferido.

Gabarito: Errado.

16. (Questão Inédita - 2021)

As pessoas físicas ou jurídicas que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitadas de participarem da licitação em decorrência de sanção que lhes foram impostas, não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre o tema processo licitatório, mais especificamente sobre os agentes que não poderão participar do processo direta ou indiretamente. Por se tratar de uma parte literal, é necessário que o aluno desprenda um maior esforço para internalizar as hipóteses em isso ocorre. Sendo assim, vejamos a seguir a literalidade do texto legal:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Especificamente sobre a questão, podemos apresentar a literalidade do seguinte inciso:

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Gabarito: Certo.

17. (Questão Inédita - 2021)

As pessoa físicas ou jurídicas que, nos 7 (sete) anos anteriores à divulgação do edital, tenham sido condenada judicialmente, independentemente do trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre o tema processo licitatório, mais especificamente sobre os agentes que não poderão participar do processo direta ou indiretamente. Por se tratar de uma parte literal, é necessário que o aluno desprenda um maior esforço para internalizar as hipóteses em isso ocorre. Sendo assim, vejamos a seguir a literalidade do texto legal:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Especificamente sobre a questão, podemos apresentar a literalidade do seguinte inciso:

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Gabarito: Errado.

18. (Questão Inédita - 2021)

Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, em se tratando de qualquer forma de licitação.
- b)** a pessoa física ou jurídica que, nos 7 (sete) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, independentemente do trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 10% (dez por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre o tema processo licitatório, mais especificamente sobre os agentes que não poderão participar do processo direta ou indiretamente. Por se tratar de um ponto literal, é necessário que o aluno desprenda um maior esforço para internalizar as hipóteses em isso ocorre. Sendo assim, vejamos a seguir a literalidade do texto legal:

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Assim, após a leitura do texto legal apresentado, juntamente com os destaques necessários, podemos verificar que a única alternativa que reproduz corretamente o texto legal é a letra "D".

Gabarito: D.

19. (Questão Inédita - 2021)

Em se tratando de processo licitatório, com base na Lei nº 14.133/21, os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

A presente questão versa sobre os requisitos/formalidades que devem ser observados na realização do processo licitatório. Infelizmente essa parte da matéria é literal, demandando do aluno um maior esforço para internalizar as afirmações apresentadas. Vejamos:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

I - os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei;

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

IV - a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - **os atos serão preferencialmente digitais**, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Gabarito: Certo.

20. (Questão Inédita - 2021)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, um dos objetivos do processo licitatório é assegurar a seleção da proposta mais barata para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.

Certo () Errado ()

Resolução Completa:

Questão literal que versa sobre os objetivos do processo licitatório. Sendo assim, para respondermos à questão, é necessário que saibamos a literalidade do texto legal. Vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Assim, após a leitura do texto legal, podemos verificar que o objetivo do processo licitatório é selecionar a proposta mais "vantajosa", que não necessariamente é a mais barata. Dessa forma, uma proposta mais "cara", mas que proporcione mais vantagens para Administração, inclusive levando em conta a vida útil do objeto, pode ser selecionada em detrimento de uma proposta mais barata, mas que não apresente tantas vantagens.

Gabarito: Errado.